



A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM IMPERATRIZ/MA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Tiago Silva Oliveira Serafim - UFMA/CCIM. Imperatriz.¹
Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira - UFMA/CCIM. Imperatriz.²

RESUMO

Esta pesquisa analisa a Política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Imperatriz/MA, a partir da realidade da Escola Municipal Maria Evangelista. A pesquisa, de abordagem qualitativa, buscou compreender os desafios e potencialidades dessa modalidade de ensino em contextos de vulnerabilidade social. Foram utilizadas entrevistas com 17 estudantes, análise de dados da Secretaria Municipal de Educação e observação participante no ambiente escolar. Os resultados evidenciam que a evasão escolar está fortemente associada a fatores socioeconômicos, como a necessidade de inserção precoce no trabalho informal, a sobrecarga de responsabilidades domésticas e a falta de apoio institucional. Também se observou o predomínio de mulheres, o que revela a influência das desigualdades de gênero na permanência dos estudantes. Conclui-se que a EJA requer políticas públicas articuladas que promovam flexibilidade curricular, formação docente específica e ações de acolhimento, considerando as trajetórias e condições de vida dos educandos.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; políticas públicas; desigualdade; inclusão; Imperatriz.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade educacional essencial para a redução das desigualdades educacionais históricas no Brasil, representando não apenas um direito social fundamental, mas também uma estratégia crucial para promoção da cidadania e inclusão social. No entanto, esta modalidade enfrenta desafios estruturais que comprometem sua efetividade, especialmente em contextos marcados por profundas vulnerabilidades socioeconômicas, como é o caso do município de Imperatriz, localizado na amazônia maranhense.

O Maranhão, estado com indicadores socioeconômicos abaixo da média nacional, apresenta cenários particularmente desafiadores para a EJA. Dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) apontam para altos índices de evasão nesta modalidade, frequentemente associados ao círculo vicioso da pobreza, da informalidade laboral e da deficiência estrutural educacional. Neste contexto, Imperatriz emerge como um locus

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia – UFMA/CCIM. Imperatriz. E-mail: tiago.serafim@discente.ufma.br

² Doutor, Professor Orientador – UFMA/CCIM. Imperatriz. E-mail: alexandre.pfn@ufma.br



privilegiado para análise, sendo o segundo maior município do estado e apresentando significativas contradições socioeconômicas que se refletem diretamente nas políticas educacionais.

O estudo tem como objetivo analisar os avanços, desafios e perspectivas da política de EJA no município de Imperatriz/MA, tomando como referência o recorte local da Escola Municipal Maria Evangelista, instituição localizada na periferia urbana que atende predominantemente populações de baixa renda. A investigação parte de uma perspectiva crítica inspirada no pensamento freiriano, que compreende a educação como prática dialógica e transformadora, capaz de promover a emancipação humana quando articulada às realidades concretas dos educandos.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os fatores que obstaculizam a efetivação do direito à educação para jovens e adultos trabalhadores, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas educacionais em contextos periféricos. Além disso, busca dar visibilidade às trajetórias e experiências dos sujeitos da EJA, frequentemente invisibilizados nos debates educacionais.

Referencial Teórico

A análise fundamenta-se em autores críticos da educação brasileira que abordam a EJA sob diferentes dimensões. Paulo Freire (1987) oferece a base conceitual fundamental para compreender a educação como prática de liberdade, enfatizando o diálogo e a valorização dos saberes experienciais dos educandos. Sua concepção de educação problematizadora e libertária constitui-se como referência central para pensar uma EJA que supere perspectivas bancárias e compensatórias, promovendo efetivamente a autonomia e a conscientização dos educandos.

Miguel Arroyo (2005) discute a especificidade do público da EJA e alerta para os riscos de uma educação compensatória que não reconhece a singularidade desses sujeitos. O autor destaca que a EJA frequentemente atende sujeitos que precisam negociar cotidianamente a sobrevivência, tornando a educação uma dimensão da vida que compete com urgências materiais imediatas. Sua reflexão sobre o ofício de mestre na EJA aponta para a necessidade de uma prática docente sensível às trajetórias de vida dos educandos.

Sérgio Haddad (2022) analisa a trajetória das políticas de EJA no Brasil, destacando seus avanços e desafios contemporâneos. O autor defende que a EJA não pode ser compreendida como política compensatória, mas como estratégia de inclusão que dialoga com



as contradições do mundo do trabalho. Sua análise histórica permite contextualizar os desafios atuais da modalidade em relação às políticas públicas educacionais.

Silva e Carvalho (2020) investigam as vulnerabilidades sociais que afetam a permanência dos estudantes na EJA, identificando que mais de 70% dos estudantes desta modalidade enfrentam situações de vulnerabilidade social, como desemprego, trabalho informal e falta de acesso a serviços básicos. Seus estudos oferecem subsídios importantes para compreensão do perfil socioeconômico dos estudantes e dos fatores que impactam sua permanência na escola.

Oliveira e Lima (2019) abordam as lacunas na formação docente para atuação na EJA, apontando para uma carência significativa na formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa modalidade. Sua pesquisa revela que essa deficiência resulta em práticas pedagógicas que muitas vezes não dialogam com as realidades dos estudantes, comprometendo a qualidade do ensino oferecido.

Em base, esses autores convergem na defesa de uma EJA comprometida com a emancipação dos sujeitos e com o reconhecimento de suas trajetórias de vida como elementos centrais do processo educativo. As contribuições de Freire, Arroyo, Haddad, Silva e Carvalho, bem como de Oliveira e Lima, permitem compreender que a efetivação dessa modalidade não depende apenas de ajustes pedagógicos, mas de uma profunda reestruturação das políticas públicas, da formação docente e das práticas escolares.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, compreendendo que os fenômenos educacionais demandam compreensão aprofundada dos contextos, significados e experiências dos sujeitos envolvidos. O estudo desenvolveu-se por meio de estudo de caso da Escola, selecionada por sua localização periférica e por atender população socioeconomicamente vulnerável, características representativas dos desafios enfrentados pela EJA na região.

Os procedimentos metodológicos incluíram:

1. Entrevistas semiestruturadas com os 17 estudantes matriculados na EJA na escola investigada no ano de 2024, abrangendo questões sobre trajetória educacional, condições socioeconômicas, motivações para retorno aos estudos e desafios enfrentados;

2. Análise documental de dados secundários fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Imperatriz, incluindo informações sobre matrículas, evasão, aprovação e perfil dos estudantes da EJA no município;
3. Levantamento de dados do Censo Escolar 2024 referentes à EJA na rede municipal de ensino;
4. Observação participante no ambiente escolar, registrando aspectos relativos à infraestrutura, dinâmicas pedagógicas e relações institucionais;
5. Revisão bibliográfica crítica com autores de referência na área da EJA e educação popular, incluindo Paulo Freire, Miguel Arroyo, Sérgio Haddad, além de pesquisadores que discutem a relação entre educação e trabalho na perspectiva das classes populares.

A análise dos dados priorizou a interpretação crítica das trajetórias educacionais e das condições materiais de existência dos sujeitos, articulando dados empíricos com o referencial teórico adotado. A pesquisa seguiu todos os preceitos éticos, com garantia de anonimato dos participantes e autorização formal da instituição investigada.

Resultados e Discussões

Trajетórias, Vulnerabilidades E Desafios Institucionais Na Eja

As narrativas dos estudantes revelaram que as principais razões para interrupção dos estudos anteriores foram: necessidade de trabalhar (58,8% dos casos), problemas de saúde (11,8%), falta de interesse momentânea (11,8%) e dificuldades de acesso (17,6%). A fala do Estudante 5 sintetiza esta realidade: "Precisei parar de estudar para ajudar no sustento da família, mas sempre tive o sonho de voltar". O retorno aos estudos na EJA mostrou-se motivado principalmente pelo desejo de melhor qualificação profissional (47,1%), vontade de "ser alguém na vida" (23,5%) e necessidade de melhorar a leitura e escrita (29,4%). Esses dados evidenciam o paradoxo identificado na pesquisa: abandonam os estudos para trabalhar, mas retornam para obter qualificação que lhes permita permanecer ou melhorar sua inserção no mercado de trabalho.

Essas trajetórias de interrupção e retorno estão diretamente relacionadas ao perfil socioeconômico marcado pela vulnerabilidade: entre os 17 estudantes entrevistados, 8 são donas de casa sem renda formal, 1 encontra-se desempregado e os 8 restantes possuem renda não superior a um salário mínimo, sendo 7 trabalhadores informais e apenas 1 com carteira assinada. Esses dados corroboram estudos anteriores sobre a EJA, como o de Silva e Carvalho (2020), que identificaram que mais de 70% dos estudantes desta modalidade enfrentam



situações de vulnerabilidade social. A predominância do trabalho informal (41,2% dos casos) e da condição de donas de casa (47,1%) revela a precariedade das condições materiais que impactam diretamente a permanência escolar. Como destacou Arroyo (2005), a EJA frequentemente atende sujeitos que precisam negociar cotidianamente a sobrevivência, tornando a educação uma dimensão da vida que compete com urgências materiais imediatas.

Diante desse cenário de vulnerabilidade socioeconômica e trajetórias educacionais interrompidas, a pesquisa identificou significativas lacunas na formação docente específica para atuação na EJA. Conforme relatado pelos gestores, os professores da modalidade não possuem formação específica nem participam regularmente de processos de formação continuada focados nas particularidades do público jovem e adulto. Esta realidade corrobora as observações de Oliveira e Lima (2019) sobre a carência de preparo adequado dos educadores que atuam na EJA. A análise dos dados de movimentação escolar da rede municipal de Imperatriz em 2024 revelou que, enquanto a escola do estudo apresentou 76,5% de aprovação na EJA, outras escolas da rede registraram índices de evasão superiores a 35%. Essas variações sugerem a influência de fatores contextuais e de gestão local nos resultados educacionais, destacando a necessidade de políticas institucionais que considerem as especificidades de cada unidade escolar e seu público, bem como investimentos na formação docente para melhor atender às complexas demandas dos estudantes da EJA.

O Paradoxo Educação-Trabalho E As Desigualdades De Gênero Na Eja

A pesquisa evidenciou o caráter paradoxal da relação entre educação e trabalho para as classes populares: a mesma necessidade econômica que leva ao abandono escolar é a que posteriormente impele o retorno aos estudos. Como observou Haddad (2022), a EJA não pode ser compreendida como política compensatória, mas como estratégia de inclusão que dialoga com as contradições do mundo do trabalho. Os relatos dos estudantes revelam que a exigência de maior escolarização mesmo para ocupações elementares tem sido fator determinante para o retorno à escola. O Estudante 4 destacou: "Hoje até para ser servente pedem ensino fundamental completo, precisei voltar para não perder o emprego". Este paradoxo se intensifica quando analisado a partir das desigualdades de gênero, uma vez que a predominância de mulheres entre os estudantes da EJA (58,8% dos entrevistados) evidencia como as assimetrias de gênero impactam diferentemente o acesso e a permanência na educação. As entrevistadas relataram sobrecarga de trabalho doméstico e cuidados familiares como obstáculos concretos à frequência escolar. A Estudante 2 afirmou: "É difícil conciliar estudos, trabalho em casa e cuidado com os

filhos, muitas vezes tenho que faltar quando alguém adocece". Esta realidade explicita a necessidade de políticas que considerem a divisão sexual do trabalho, propondo horários flexíveis e apoio às estudantes mães, como já ocorre parcialmente na escola, que permite que as estudantes levem seus filhos às aulas quando necessário. Dessa forma, o paradoxo educação-trabalho assume contornos ainda mais complexos quando mediado pelas relações de gênero, exigindo políticas públicas que enfrentem simultaneamente as desigualdades educacionais, laborais e de gênero que estruturam a experiência dos estudantes da EJA.

Considerações Finais

O estudo permitiu compreender que a EJA em Imperatriz, tal como em outras regiões periféricas do Brasil, enfrenta desafios multidimensionais que exigem respostas igualmente complexas e articuladas. A evasão escolar nesta modalidade não pode ser atribuída a fatores unicamente pedagógicos ou à falta de interesse dos estudantes, mas está ancorada em condições materiais de existência que tornam a permanência escolar um desafio cotidiano.

Os dados evidenciam a necessidade de políticas públicas que transcendam o espaço estritamente educacional, incorporando dimensões de assistência social, apoio às famílias e garantia de condições materiais para a frequência escolar. Especificamente, recomenda-se:

1. Flexibilização curricular e horária que considere as particularidades dos estudantes trabalhadores;
2. Implementação de programas de apoio social incluindo auxílio transporte, alimentação e cuidado com dependentes;
3. Formação docente específica para atuação na EJA, com enfoque nas metodologias participativas e no reconhecimento dos saberes experienciais;
4. Articulação intersetorial entre educação, assistência social e políticas de trabalho;
5. Fortalecimento de ações de acolhimento e apoio psicossocial no ambiente escolar.

A escola, neste contexto, precisa se reconhecer como espaço de resistência e transformação, onde as trajetórias interrompidas possam ser ressignificadas e os saberes populares valorizados. Como ensinou Freire (1987), a educação verdadeiramente libertária parte da realidade concreta dos educandos, reconhecendo nela tanto os limites quanto as possibilidades de superação.

A EJA em Imperatriz, e no Brasil como um todo, carece ainda de reconhecimento como política pública estratégica para redução das desigualdades e promoção da justiça social. Investir na qualidade e na permanência nesta modalidade significa apostar na dignidade de



milhares de brasileiros que, apesar de todas as adversidades, insistem em escrever novas páginas em suas histórias de vida através da educação.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394. htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 1, de 26 de maio de 2021. **Homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, 26 maio 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=201211-pceb001-21&category_slug=maio-2021-pdf&Itemid=30192 .Acesso em: 20 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: entre avanços e desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 1, p. 1-20, 2022.

OLIVEIRA, Regina; LIMA, Sérgio. **A formação docente para a EJA no Brasil**. Educação em Revista, v. 35, n. 4, p. 567-588, 2019.

RIBEIRO, Paula; PAIVA, Luana. **Desafios da política pública na Educação de Jovens e Adultos**. Cadernos de Educação, v. 40, n. 2, p. 34-50, 2021.

SILVA, Mariana; CARVALHO, Thiago. **Vulnerabilidades sociais e a permanência na EJA**. Revista Educação e Sociedade, v. 41, n. 3, p. 783-802, 2020.